

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2004**  
**(Da Sra. LAURA CARNEIRO)**

Altera o art. 47 e acrescenta o art. 81-A  
à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,  
criando a modalidade de programa de  
graduação intitulada “Universidade Funcional”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de  
1996, passa a vigor com a seguinte redação:

*“Art. 47. ....*

*§ 1º .....*

*§ 2º .....*

*§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores,  
salvo nos programas de educação à distância e modalidade  
de graduação “Universidade Funcional”.*

*§ 4º .....”*

Art. 2º Acrescente-se após o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20  
de dezembro de 1996, o seguinte artigo 81-A:

*“Art. 81-A. O Poder Público incentivará o  
desenvolvimento e a veiculação de programas de graduação  
na modalidade “Universidade Funcional”.*

§ 1º A modalidade de graduação “Universidade Funcional” será oferecida por instituições públicas e privadas, credenciadas junto à União, para este fim.

§ 2º Os cursos de graduação e disciplinas ministrados na modalidade “Universidade Funcional” são não presenciais, sendo obrigatória a presença dos alunos apenas por ocasião das datas de avaliação e entrega de monografias e relatórios.

§ 3º A “Universidade Funcional” terá conteúdo programático similar ao utilizado nos cursos presenciais de graduação.

§ 4º Os Cursos de Graduação e disciplinas ministrados dentro da modalidade “Universidade Funcional”, serão realizados em módulos, devendo cada módulo cumprir o conteúdo programático de um semestre do curso presencial correspondente.

§ 5º A Avaliação dos alunos da modalidade “Universidade Funcional” dar-se-á das seguintes formas:

I - avaliações escritas, a serem realizadas em sessões presenciais, num total de 4 avaliações por módulo;

II - monografias referentes a pesquisas teóricas, num total de 4 monografias por módulo;

III - relatórios referentes a pesquisas de campo, num total de 4 relatórios por módulo.

§ 6º A aprovação em cadeiras ministradas na modalidade “Universidade Funcional” dará-se apenas quando o aluno apresentar rendimento igual ou superior a 70% (setenta por cento), observando-se a média aritmética de todas as avaliações.

§ 7º Não existirá tempo mínimo para a realização de cada um dos módulos citados no § 2º, deste artigo, ficando a aprovação e finalização de cada um deles vinculada ao cumprimento de todas as avaliações, a serem agendadas individualmente entre aluno e docente responsável pelo módulo.

§ 8º Poderão ser utilizados, na “Universidade Funcional”, materiais e instrumentos que facilitem a interação à distância entre professores e alunos, como internet, sistemas de rádio e televisão, videoconferências e outros.

§ 9º A “Universidade Funcional” poderá contar com grupos de até 150 alunos, por docente responsável.

*§ 10º As Instituições credenciadas poderão ministrar cursos nos quais estejam mescladas disciplinas presenciais e na modalidade “Universidade Funcional”.*

*§ 11º A “Universidade Funcional” gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:*

*I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;*

*II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;*

*III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais;*

*IV - custos reduzidos em todo e qualquer serviço tecnológico que possa ser utilizado para fins educativos;*

*V – prioridade no investimento de recursos governamentais destinados à educação superior;*

*VI - prioridade em parcerias com entidades de capacitação profissional;*

*VII - prioridade na participação de programas de pesquisa, programas de bolsa e financiamento a estudantes de ensino superior.*

*§ 13. O material utilizado bem como os programas de pesquisa teórica e de campo deverão ter sua metodologia definida pela instituição credenciada, para o modelo de graduação “Universidade Funcional”, de forma a atender todo o conteúdo programático e exigências referentes ao curso cadastrado.”*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, estando revogadas todas as disposições em contrário.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Este projeto de lei busca criar uma alternativa moderna e eficiente, para os cursos de formação superior, que possibilite a formação daqueles, sobretudo nossos jovens, que buscam uma melhor preparação para vencer os atuais

desafios profissionais de nossa sociedade, de forma a contribuir para o fortalecimento econômico e tecnológico de nosso País.

Observando o formato padrão de nossa formação superior, podemos notar que a estrutura presencial, atualmente predominante em nosso país, trás diversas dificuldades àqueles que dela necessitam. Seja pela dificuldade de acesso ao reduzido número de vagas, seja pela dificuldade em conciliar a necessidade de manter uma atividade profissional, paralela aos estudos, até mesmo para custeá-los, ou ainda, pelo alto custo, indireto, do curso superior, como os gastos com deslocamento e alimentação.

Já regulamentado em nosso País, o ensino à distância tem o mérito de minimizar, significativamente tais empecilhos, possibilitando que o aluno possa, em seu tempo livre, organizar de forma individual seus estudos e sua trajetória acadêmica.

Porém, a graduação à distância, assim como a presencial, peca por limitar-se basicamente ao estudo teórico, negando ao aluno um pré-requisito essencial para enfrentar a realidade atual de um ágil e competitivo mercado de trabalho: a experiência e vivência prática.

Desta forma, a Universidade Funcional, têm como objetivo não apenas possibilitar ao aluno um gerenciamento personalizado de seus estudos, mas também consolidar a necessidade de experiência prática e conhecimento real do mercado de trabalho para o qual este se prepara.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a responsabilização do estudante, a partir do momento em que ele próprio irá direcionar e organizar suas atividades, podendo, inclusive, sempre sob orientação de um docente, organizar a velocidade com que concluirá seus estudos. Desta forma, desenvolve-se, neste jovem, a responsabilidade de responder por aquilo que é de seu total interesse: sua formação profissional.

É importante observar, ainda, que o rendimento acadêmico cobrado, para a aprovação, neste modelo de graduação, é significativamente superior à média exigida nos cursos de graduação atualmente existentes. Desta forma, o aluno é incentivado a realizar estudos e tarefas de forma séria e competente, visto que

apenas deste modo será capaz de obter o sucesso necessário para o prosseguimento do curso.

Assim, o projeto da Universidade funcional, tem como mérito, conforme pode ser observado em modelos semelhantes, implantados com muito sucesso em vários países, destacando-se o programa implantado na Universidade de Brasília, não só o aumento do número de vagas e a redução dos custos de um curso de graduação, mas sobretudo fortalecer a responsabilidade, a seriedade e a necessidade de vivência prática de nossos graduandos, no campo de atividade escolhido.

Poderíamos, por exemplo, enriquecer o processo de formação de várias maneiras: intensificando a participação dos alunos, com a utilização de auxiliares e monitores de turma, conforme modelo já utilizado na UnB; Promovendo parcerias com entidades extremamente significativas em nosso desenvolvimento social, como SEBRAE, SENAC, SENAI, SENAR e OCERGS.

Assim, a efetivação do modelo de graduação “Universidade Funcional” é possibilidade real de tornarmos o Brasil um país de pessoas competentes e eficientes, para assim sermos protagonistas do Mercosul e, desta forma, sujeitos e não mais objetos, da globalização.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2004.

Deputada **LAURA CARNEIRO**  
PFL/RJ